

18 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Tribunal de Justiça da Bahia reage a CNJ e nega rombo

Tiago Décimo / SALVADOR

Um dia depois de o corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, abrir sindicâncias no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para investigar suspeitas de irregularidades no Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), o presidente da corte baiana, desembargador Mário Alberto Simões Hirs, negou ontem a existência de qualquer irregularidade. Ele ainda ameaçou instaurar ações contra a União pela divulgação das suspeitas.

“O que foi divulgado (pelo CNJ) ainda é o relatório preliminar, vamos aguardar o relatório final, mas se me sentir ofendido, vou ao Supremo Tribunal Federal, entro com uma ação contra a União”, disse o magistrado. “Pode ser até uma ação coletiva do tribunal contra a União. Estamos estudando.”

Em nota, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) manifestou “solidariedade à magistratura baiana” e condenou o que chamou de “divulgação midiática” do relatório apresentado pela Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) que levanta uma série de suspeitas sobre a atuação do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA).

Ao lado da ex-presidente do TJ-BA, Telma Laura Silva Britto – que também foi citada no relatório –, e acompanhado por outros desembargadores do órgão, Hirs recebeu jornalistas na sede do tribunal e apresentou documentos. “Essa documentação foi enviada quatro vezes ao CNJ, mas não foi considerada”, reclamou. “Todas as informações solicitadas pelo CNJ foram devidamente respondidas e em nenhum momento tivemos resposta do CNJ sobre os esclarecimentos.”

O presidente do TJ baiano também disse ter achado “estranho” que o relatório preliminar tenha

sido divulgado à imprensa antes de ser encaminhado ao órgão. “Até as 12 horas de hoje, não havíamos recebido o relatório”, afirmou. “Só tomamos conhecimento dele e de seu teor por um colunista de São Paulo, que fez contato para repercutir as informações.”

Entre as ações apontadas como suspeitas pelo CNJ estão erros em cálculos de precatórios judiciais, que teriam causado prejuízos de mais de R\$ 448 milhões ao Estado e ao município de Salvador, um contrato sem licitação entre o TJ-BA e o Banco do Brasil para a administração de depósitos judiciais, problemas no processo de privatização de cartórios, casos de nepotismo, atrasos nas declarações de bens e rendas de cerca de mil servidores e um esquema de revezamento de funcionários, que trabalhariam um ou dois dias no órgão, sob a justificativa de trabalhar em casa nos outros dias.

Precatórios. Hirs chamou de “ofensiva” a suspeita levantada pelos pagamentos de precatórios. “Foi o que mais me chateou”, disse. “A acusação foi ofensiva, quase leviana, porque passa a mensagem subliminar que eu ou a desembargadora Telma Britto temos interesse nesse processo, do qual nós nem sequer participamos. E dizer que pagamos esse valor, quase meio bilhão de reais a mais, é uma falácia.”

De acordo com o magistrado, os cinco precatórios listados pelo CNJ, cujo montante somado seria de R\$ 448,1 milhões, não foram pagos por estarem “em posições cronológicas remotas (com previsão de pagamentos em longo prazo)”. Hirs, porém, admitiu que as dívidas existem e que estão com as ações “transitadas em julgado”, sem direito a recurso.

O desembargador aproveitou

o encontro para rebater a afirmação feita por Falcão na semana passada, logo após a correição realizada pelo CNJ no órgão, de que o TJ-BA era o pior do Brasil. “Temos pesquisas feitas por institutos renomados, como a Fundação Getúlio Vargas, que mostram que estamos entre os melhores.”

Na nota, o presidente da AMB, Nelson Calandra, diz que a entidade “reafirma sua certeza na lisura” dos dirigentes do TJ-BA e que a categoria “foi surpreendida” pela divulgação do relatório, “não permitindo à corte manifestar-se a respeito do ocorrido, contrariando os preceitos constitucionais”. Diz ainda que “a AMB acredita que as supostas falhas diagnosticadas serão esclarecidas” e que a associação “acompanhará de perto a sindicância a ser instalada pela Corregedoria Nacional de Justiça”.

• Ameaça

MÁRIO ALBERTO SIMÕES HIRS

PRESIDENTE DO TJ BAIANO

“O que foi divulgado (pelo Conselho Nacional de Justiça) ainda é o relatório preliminar. Vamos aguardar o relatório final, mas se me sentir ofendido, vou ao Supremo Tribunal Federal, entro com uma ação contra a União”

18 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO TJ-MG cancela audiências sobre tráfico de órgãos

Defesa de dois médicos pede o afastamento do juiz do caso, alegando 'falta de imparcialidade'

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) suspendeu anteontem as audiências do processo sobre tráfico de órgãos em Poços de Caldas que ocorreriam nesta semana. Os advogados de dois médicos acusados de participar do esquema entraram com um recurso contra o juiz do caso – Narciso Alvarenga Monteiro de Castro –, alegando “exceção de suspeição” (falta de imparcialidade no processo).

Os dois médicos que entraram com recurso contra o juiz, Celso Roberto Frasson Scafi e Cláudio Rogério Fernandes, já foram condenados em outro processo envolvendo tráfico de órgãos, em fevereiro passado.

Por meio de nota, o advogado José Kalil, que defende os médicos, disse que o argumento usado é que “o referido magistrado perdeu a necessária isenção e imparcialidade para apreciar o chamado Caso Pavesi”. E que houve manifestações “que indicaram a ausência de imparcialidade, notadamente contidas em sentença condenatória por ele proferida noutro processo a que respondem nossos clientes, versando sobre acusação semelhante”.

Procurado, o juiz Monteiro de Castro disse que não se manifestaria sobre a suspensão das audiências porque o argumento de suspeição ainda será julgado pelo TJ-MG. Ele afirmou, no entanto, que falará sobre o assunto assim que sair uma decisão definitiva, pois a suspensão é provisória.

No processo que envolve as audiências desta semana seriam julgados os médicos Scafi, Fernandes e também Sérgio Poli Gaspar. A acusação é a mesma, ou seja, a retirada ilegal de órgãos humanos para transplantes. O TJ-MG não informou quando será analisado o pedido para a troca do magistrado, definição que é necessária para dar continuidade ao julgamento.

Ameaça. “Temo que o juiz não fique muito tempo no cargo, já que está afrontando os poderes da cidade”, disse Paulo Pavesi, de 45 anos, em entrevista a uma emissora de TV de Minas Gerais. Ele é o pai do menino Paulo Veronesi Pavesi, o Paulinho, que morreu aos 10 anos na Santa Casa de Poços de Caldas depois que seus órgãos foram retirados ilegalmente para transplante.

Foi esse caso – que ficou conhecido como Caso Zero – que deu origem às investigações da chamada máfia do tráfico de órgãos no Estado. A morte de Paulinho resultou na CPI do Tráfico de Órgãos na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Ao saber da decisão da Justiça sobre o cancelamento das audiências, Pavesi se manifestou por meio do seu blog: “A única conclusão que chego é que ele (o juiz) é suspeito de ser honesto”.

Segurança. Desde que o juiz Castro condenou quatro médicos em Poços de Caldas por tráfico de órgãos, a segurança foi reforçada no Fórum. Motivos para

a preocupação não faltam, já que no passado um ex-administrador da Santa Casa local foi encontrado morto justamente no dia em que ia depor, denunciando o esquema de retirada de órgãos. No fórum, ninguém desmente nem confirma a informação, mas o juiz também estaria andando armado para se prevenir.

● Justificativa

JOSÉ KALIL

ADVOGADO DOS DOIS MÉDICOS
“Houve manifestações que indicaram a ausência de imparcialidade (por parte do juiz), em sentença condenatória por ele proferida noutro processo a que respondem nossos clientes, versando sobre acusação semelhante.”

18 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

A polêmica dos novos TRFs

Uma semana depois de ter cobrado dos presidentes de associações de juízes maior responsabilidade em suas reivindicações políticas e corporativas, criticando-os por terem apoiado a proposta de emenda constitucional (PEC) que autoriza a criação de quatro Tribunais Regionais Federais (TRFs), o presidente do Supremo Tribunal Federal voltou a tratar da questão. Desta vez, o ministro Joaquim Barbosa se reuniu com os presidentes dos TRFs já existentes com o objetivo de estudar alternativas para evitar a criação de novos tribunais.

Atualmente, há cinco tribunais em funcionamento, instalados em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas e Rio Grande do Sul, que cuidam de processos com origem nos demais Estados. A PEC determina que os quatro novos tribunais terão sede em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Manaus. Para o presidente do Supremo, a duplicação da segunda instância da Justiça Federal, além de não ter qualquer justificativa técnica, aumenta em mais de R\$ 1,3 bilhão as despesas de custeio do Poder Judiciário. E sua instalação poderá custar R\$ 8 bilhões aos cofres públicos, dada a necessidade de construção de sedes e aquisição de frotas de automóveis oficiais (pelas estimativas do site Contas Abertas, o custo seria ainda maior, superando R\$ 9 bilhões).

São gastos desnecessários,

diz o ministro Joaquim Barbosa. A resistência do presidente do Supremo à criação de novos TRFs conta com o apoio do Executivo, que reclama do impacto que a PEC causará no Orçamento da União. Apesar da posição do Palácio do Planalto, os líderes do PT liberaram a bancada para votar a favor da PEC.

Do outro lado da Praça dos Três Poderes, o presidente do Senado, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), não promulgou a emenda constitucional dos novos tribunais e pediu à sua assessoria que identifique eventuais irregularidades e vícios de constitucionalidade no texto, o que lhe permitiria submeter novamente o assunto ao plenário. Pela Constituição, a criação de novos tribunais tem de ser proposta pelo Poder Judiciário ao Congresso. Mas o projeto de criação de quatro TRFs foi apresentado há mais de 11 anos por iniciativa do então senador Arlindo Porto (PTB-MG).

Agora, o ministro Joaquim Barbosa tem o apoio dos presidentes dos TRFs já existentes, que não têm interesse em ver reduzida a jurisdição de suas cortes. “Estamos estudando alternativas para que os novos tribunais, embora criados pela PEC, não precisem ser instalados. Estamos identificando as soluções mais viáveis para o Estado, sem que seja necessário criar um aparato administrativo gigantesco”, afirma o presidente do TRF da 1.ª Região, desembargador Mário César Ri-

beiro. Os cinco TRFs já existentes têm 36,4 mil servidores – contingente que o presidente do Supremo classifica como “exagerado”.

Duas alternativas que estão sendo estudadas merecem destaque. A primeira delas é a instalação de turmas ou câmaras recursais nos Estados sob jurisdição de cada um dos TRFs existentes. Como a Justiça Federal já dispõe de instalações próprias nesses Estados e a comunicação entre essas turmas ou câmaras regionais com suas respectivas sedes poderá ser feita por via eletrônica, as despesas com sua criação seriam bem mais baixas. Segundo alguns desembargadores federais, paralelamente à instalação de câmaras regionais, os TRFs poderiam criar turmas itinerantes para atender os Estados onde o número de recursos impetrados na segunda instância é muito alto. A segunda alternativa diz respeito aos casos de direito previdenciário, que constituem cerca de 85% dos processos na Justiça Federal. Se as turmas ou câmaras regionais se especializarem na matéria, elas poderão desafogar os TRFs.

Todas essas propostas são pertinentes. O mais importante, contudo, é que elas são previstas pela Constituição. Custa acreditar que, quase duas décadas e meia depois de sua promulgação, até hoje elas não tenham sido postas em prática. Por quê? É essa pergunta que os dirigentes do Judiciário têm de responder.

Renan segura PEC que cria 4 novos tribunais regionais

● O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), vai delegar à Mesa Diretora da Casa a decisão sobre a promulgação da emenda constitucional que cria mais quatro Tribunais Regionais Federais (TRFs). A proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados há duas semanas, mas segundo o presidente, que tem a prerrogativa de

marcar as sessões do Congresso Nacional para promulgar emendas à Constituição, ainda não há previsão de quando isso ocorrerá. “Algumas pessoas têm alegado que existe erro na emenda e isso está sendo avaliado. Certamente, nós vamos ter que levar a decisão para a Mesa do Senado”, destacou ontem. O regimento do Senado e do Congresso não determina um prazo para a promulgação de emendas constitucionais, o que na prática permite que Renan adie sua entrada em vigor ou até mesmo engavete as propostas. /

18 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Ação de advogado amigo relatada por Fux terá impacto nacional

Processo definirá critério nacional de cobrança de ICMS de negócios online; questionado sobre o fato, ministro desiste de caso

O ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux relata processo patrocinado pelo advogado Sérgio Bermudes cuja solução terá impacto sobre todos os casos semelhantes que tramitam no País: a definição dos critérios de cobrança de ICMS sobre produtos vendidos via internet ou telefone.

A existência de tal processo, elevado à condição de “repercussão geral” com voto do próprio Fux, constrange ainda mais o magistrado. Ontem, o **Estado** revelou que, quando assumiu a vaga no STF, o ministro se declarou impedimento de atuar em ações de Bermudes pelo fato de ele ser seu amigo e de empregar sua filha, Marianna Fux. A declaração, feita por escrito, não impediu que ele analisasse e até relatasse casos envolvendo o advogado. Anteontem, Fux justificou a situação afirmando que nenhum dos seis casos em tramitação envolvendo Bermudes tinha relevância. Ontem, ao ser questionado sobre o processo da cobrança do ICMS, avisou que vai abandonar a relatoria do processo.

Fux votou pela “repercussão geral” do caso do ICMS em novembro do ano passado. Com isso, o processo ficou no Supremo e a decisão terá de ser repetida nas instâncias inferiores. Bermudes representa a B2W, que reúne Americanas.com e Submarino. A empresa é contrária a um pedido do Estado de Sergipe para que o imposto seja pago no local onde o produto foi comprado e no local onde foi entregue. A B2W quer uma cobrança única.

A relação entre Fux e Bermudes ganhou notoriedade a partir dos preparativos da festa de 60 anos de idade do ministro. O

evento reuniria centenas de magistrados, advogados e políticos e seria pago por Bermudes. O governador do Rio, Sérgio Cabral, era um dos convidados. Cabral, que fez lobby pela indicação de Fux para o Supremo, terá de bater o martelo sobre a ocupação de uma vaga no Tribunal de Justiça do Rio a qual a filha de Fux disputava. A festa acabou desmarcada.

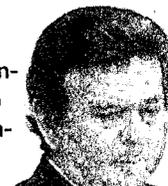
‘Não observado’. Ontem, Fux afirmou que não julgou ainda o mérito da questão do ICMS e afirmou que encaminhará este novo caso para a presidência do tribunal sortear novo relator. “Não foi observado naquele momento que se tratava de um caso de impedimento do ministro Luiz Fux”, disse a assessoria do tribunal.

O STF divulgou nota para informar que confia na correção dos julgamentos dos processos de Fux. A nota não é assinada. Segundo a assessoria de imprensa, a ordem para que fosse publicada partiu do presidente da Corte, ministro Joaquim Barbosa.

“O Supremo Tribunal Federal manifesta a sua total confiança na lisura dos julgados levados a efeito pelo ministro Luiz Fux”, informou o tribunal no texto. Além do apoio ao ministro, o STF tenta evitar com essa manifestação eventuais contestações a julgamentos com a participação indevida de Fux. Na nota, o tribunal diz que sua participação nos processos ocorreu por falha no controle.

TUTTY

● **Boato infame**
A peruca do ministro Luiz Fux não foi presente do advogado Sérgio Bermudes. E não se fala mais nisso, ok?



18 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Júri do Carandiru é suspenso após jurado passar mal

Expectativa é de que seja retomado hoje. Mas há risco de o julgamento ter de ser cancelado, caso o jurado não melhore

O julgamento dos policiais militares acusados do Massacre do Carandiru, que entraria no seu terceiro dia, foi suspenso ontem à tarde, após um jurado passar mal e precisar de atendimento médico. A expectativa é de que seja retomado hoje. Em dez dias, foi a segunda suspensão. Previsto para começar no dia 8, foi adiado em uma semana depois que uma jurada passou mal.

Uma nova avaliação médica será feita hoje. A previsão do juiz José Augusto Nardy Marzagão é de que os trabalhos sejam retomados a partir das 9h. "Não é nada grave, tanto que ele (o jurado) queria continuar os trabalhos. A prioridade é a saúde do jurado e seguimos a recomendação médica que solicitou repouso", disse.

Caso não haja melhoras na saúde do jurado e ele continue impossibilitado de continuar no julgamento, o júri pode ser cancelado. Nesse caso, haverá a necessidade de se compor um novo conselho de sentença, escolhendo novos jurados que recomenciam os trabalhos da estaca zero.

Nos dois primeiros dias de julgamento, foram ouvidas seis testemunhas de defesa e cinco da acusação. Elas precisariam ser ouvidas novamente. O juiz não soube especificar o problema de saúde do réu. "Ele teve um mal-estar, os médicos não me passaram um diagnóstico, mas ele está sendo medicado", disse.

Segundo o juiz, apesar da suspensão do julgamento, a expectativa é de que a sentença dos réus seja dada até amanhã. Quatro dos 26 réus devem depor hoje. Amanhã, ocorrerá os debates entre defesa e acusação e será promulgada a sentença dos réus. Du-

rante todo o julgamento, os jurados têm de ficar isolados e não podem ter contato nem entre eles. A medida visa a evitar influência externa na sentença.

Desmembrado. O crime aconteceu em outubro de 1992, quando 111 presos foram mortos no Pavilhão 9 depois do ingresso da Polícia Militar no presídio. Os julgamentos foram desmembrados e a estimativa é de que sejam separados por intervalos de quatro meses. No primeiro júri, que começou nesta semana, são 26 acusados de matar 15 presos. No próximo, que deve ser somente no segundo semestre deste ano, há um comandante e 29 PMs acusados de matar 78 pessoas no segundo pavimento.

CRONOLOGIA

Fleury vê uma ação 'legítima'

● Primeiro dia

As descrições dramáticas das testemunhas de acusação deram o tom. O agente penitenciário Moacir dos Santos, diretor de disciplina e segurança do Carandiru na época do massacre, disse que a cena do crime foi modificada pelas autoridades e ele e outros agentes chegaram a ser ameaçados com revólveres para não testemunharem as atrocidades.

● Segundo dia

O ex-governador Antonio Fleury Filho, que estava à frente do Estado quando da morte dos 111 presos na Casa de Detenção, defendeu a legitimidade da entrada da Polícia Militar no Pavilhão 9. Também assumiu a "responsabilidade política" pelo que ocorreu.

TUTTY

Mal-estar generalizado!

Se, acompanhando pela imprensa, a gente já fica com o estômago embrulhado, imagina o estado de náuseas dos membros do júri dos policiais acusados pelo Massacre do Carandiru, assistindo ao vivo aos depoimentos que banham de sangue o noticiário da semana.

O mal súbito que vitimou uma jurada antes mesmo do julgamento começar – o organismo dela decerto sentiu o pior – fez mais uma vítima na abertura dos trabalhos de ontem no tribunal.

Antes de pedir atendimento médico, o tal sujeito resistiu firme aos relatos dramáticos sobre fuzilamentos

através das grades, socos, pauladas, estocadas, corpos amontoados, cascatas de sangue, súplicas de indefesos, atrocidades comparadas às dos campos de concentração.

Suas imunidades ao mal-estar generalizado só foram quebradas por uma noite mal dormida depois de ouvir o ex-governador Fleury Filho dizer que "a entrada da PM no Carandiru foi absolutamente necessária e legítima".

Ou seja, os 111 mortos do Carandiru não tiram o sono do responsável político pelo massacre: "Havia presos se matando e minha polícia nunca se omitiu!"

Argh!

Enfim, melhoras aí para o jurado! A ex-autoridade em questão não tem cura!

18 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

GOIANIA

Ministra pede apuração federal de mortes na rua

Após a morte de 29 moradores de rua neste ano, a ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, formalizou ontem o requerimento para que a Procuradoria-Geral da República (PGR) peça ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) a transferência, da esfera estadual para a federal, da competência para apurar e julgar a série de crimes em Goiânia. A polícia alega já ter detido pelo menos cinco suspeitos. O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, ainda não se manifestou sobre o assunto oficialmente.

SOROCABA (SP)

Justiça bloqueia repasse de recurso do lixo

O juiz André Augusto Salvador Bezerra, da 42.^a Vara Cível, mandou a prefeitura de Sorocaba bloquear R\$ 1,09 milhão de créditos da Construtora Gomes Lourenço, empresa responsável pela coleta de lixo da cidade. De acordo com o juiz, o repasse é feito, mas a empresa não paga a empresa que recebe 500 toneladas de lixo por dia, a Proactiva Meio Ambiente. A receptora deixou de faturar R\$ 4 milhões, mas o diretor da Gomes Lourenço, Carlos Lourenço, diz dever R\$ 2 milhões e que a discute judicialmente.

SÔNIA RACY

Se a moda...

Muito se fala sobre a demora do STF em finalizar o mensalão. Poucos lembram que outro tema polêmico, a reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, ainda não chegou ao fim.

Julgado em 2009, até hoje o processo tem embargos pendentes - e as normas para demarcação não foram postas em prática.

...pega

E mais: com a aposentadoria de Ayres Britto, o caso ficou sem relator. A indefinição trava a resolução de conflitos em todo o País.

TUTTY

Amigos, amigos...

José Dirceu está apavorado com a queixa-crime que o ministro Gilmar Mendes apresentou contra José de Abreu. Teme dividir cela com o ator!

18 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» VÍNCULO FAMILIAR

Regra que facilita reconhecimento faz dobrar registros de paternidade

Nos dois primeiros
ofícios de registro
civil de Curitiba,
crescimento foi de
101% entre 2011 e
2012. Aumento
também ocorreu
em outras cidades

Um ano depois da publicação do Provimento n.º 16 da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ), que permite o reconhecimento tardio de paternidade de forma simples nos cartórios de registro civil, o número de pedidos averbados em escritórios do Paraná aumentou significativamente. De acordo com um levantamento da Associação dos Notários e Registradores do Paraná (Anoreg-PR), somente em Curitiba, juntos contabilizaram um crescimento de 101% no número de pedidos de reconhecimento de paternidade, indo de 62, em 2011, para 125, em 2012. No interior, o aumento foi ainda maior. No 1.º Ofício de Londrina, por exemplo, houve um aumento de 200% nos pedidos, que saltaram de 26, em 2011, para 78, no último ano.

Para o diretor de registro civil da Anoreg-PR e presidente do Instituto de Registro Civil de Pessoas Naturais do Paraná (Irpen),

Ricardo Augusto de Leão, a agilidade foi um dos maiores benefícios do provimento. Antes de 2012, um pai interessado em reconhecer o filho precisava dar entrada na documentação em cartório e esperar todo o trâmite até o despacho do juiz, que poderia demorar de 90 a 120 dias. “Agora basta o pai comparecer com a mãe, se o filho for menor, ou comparecer apenas com o filho maior, e o registro sai em minutos com o nome dele. O provimento permite que o reconhecimento de paternidade seja averbado direto no livro de registros, sem autorização judicial.”

Segundo Ricardo de Leão, o procedimento custa R\$ 44,60, podendo ser gratuito em casos de declaração de pobreza. “A grande maioria procura o cartório para reconhecer filhos menores de idade, entre 1 e 10 anos. São casos em que o homem sabe que é o pai, reconhece traços, não tem como negar, mas a mãe acabou registrando sozinha.”

Falsidade ideológica

Apesar de o cartório não exigir provas da paternidade, o diretor de registro civil da Anoreg-PR alerta que reconhecer um filho que não seja biológico é crime de falsidade ideológica. “Já vi muitas

pessoas voltando e dizendo que não querem mais ser os pais. Se o pai não é o biológico, ele tem outras vias para ter a guarda, pela Vara de Família, e pode adotar quando o filho for maior de idade”, explica Leão.

O titular do 1.º Ofício de Registro Civil de Londrina, Eduardo Marques de Souza Pires, acrescenta que outra vantagem do provimento da CNJ é que o reconhecimento de paternidade pode ser feito em qualquer cartório do país. “Não tem necessidade de ser onde a criança foi registrada. O cartório onde foi feito o reconhecimento envia para o primeiro e é feita a averbação [registro] no nascimento.” Nenhuma observação aparece na certidão da criança, nem nas certidões de inteiro teor. “Só por ordem judicial. Isso é feito para preservar a criança.”

CONTINUA

18 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

FACILIDADE

A simplificação do processo para que um pai reconheça legalmente um filho ampliou significativamente o número de pedidos de registro de paternidade no Paraná

		Pedidos 2011	Pedidos 2012	Crescimento
Curitiba	1º Ofício	38	69	81% 
	2º Ofício	24	56	133% 
Francisco Beltrão	1º Ofício	89	107	20% 
Londrina	1º Ofício	26	78	200% 
Maringá	1º Ofício	72	96	33% 
Cascavel	1º Ofício	6,7/mês*	10,3/mês**	54% 

Fonte: Levantamento da Anoreg-PR.
Infografia: Gazeta do Povo.

*Média entre Jan/2011 e Mai/2012.
** Média entre Mai/2012 e Fev/2013

BENEFÍCIOS

Registro garante herança, pensão alimentícia e pensão por morte

Para o advogado londrinense Edgar Alfredo Contato, atuante na área de Direito da Família, o reconhecimento de paternidade, ainda que tardio, é importante por garantir ao cidadão os efeitos sucessórios. "Além do direito à pensão alimentícia em vida, até a independência financeira, o filho passa a ter direito à herança e à pensão por morte do genitor vinculado ao sistema previdenciário." A pensão alimentícia, acrescenta o especialis-

ta, não é retroativa e passa a valer a partir do reconhecimento.

Além do lado legal, Edgar Contato recorda o ganho afetivo de ter o nome do pai e dos avós paternos nos documentos pessoais, no lugar das palavras "ausentes" ou "desconhecidos". "O provimento facilitou muito. Antes tinha de ter um processo de reconhecimento, fazer exame de DNA. Hoje basta a vontade do genitor. E, se ele for apontado como suposto pai e se negar a fazer o exame, o juiz pode encarar como confissão de culpa", detalha.

CONTINUA

18 ABR 2013

Procedimento foi feito em meia hora

Quando o filho do metalúrgico Valmor Daniel Bianchi, 50 anos, nasceu em Curitiba, em julho de 2009, a mãe da criança não permitiu que ele o registrasse. "Ela teve depressão pós-parto e me impedia de vê-lo, achava que eu iria levá-lo embora para Porto Alegre", conta. Com o passar do tempo, Bianchi argumentou que precisava registrar o filho para incluí-lo no plano de saúde da empresa onde trabalhava. Novamente, não teve sucesso. "Ela disse para o juiz que eu queria roubar a criança. Arrumei um advogado, que me levou R\$ 1,4 mil e sumiu sem fazer nada."

Mesmo sem o registro, Bianchi conta que via o filho todos os dias, e, aos poucos, foi convencendo a mãe da importância de dar seu nome ao menino. "Até que um dia vi a propaganda na televisão dizendo que bastava ir ao cartório. Ela topou e, em 26 de dezembro do ano passado, coloquei meu sobrenome nele." O procedimento, segundo Bianchi, demorou meia hora. "Se existe uma criança, não foi só a mãe que fez. Os dois são responsáveis. Agora é felicidade, porque tem jeito pra tudo, só não tem jeito para a morte."

5 MILHÕES

de estudantes brasileiros não tinham o nome do pai nos documentos, de acordo com o Censo Escolar de 2009. Desses, 3,8 milhões eram menores de 18 anos. "Na escola, os amigos perguntam, começam as cobranças e a criança começa a perceber as coisas. São muitos fatores envolvidos nessa questão", ressalta o titular do 1º Ofício de Registro Civil de Londrina, Eduardo Marques de Souza Pires, ao lembrar que os benefícios do reconhecimento vão além da preservação dos direitos legais da criança.

"Agora basta o pai comparecer com a mãe, se o filho for menor, ou comparecer apenas com o filho maior, e o registro sai em minutos com o nome dele."

Ricardo Augusto de Leão, diretor de registro civil da Anoreg-PR.

18 ABR 2013

GAZETA DO POVO

Renan Calheiros deixa para a Mesa do Senado decisão sobre TRFs

Pressionado pela base governista e setores do Judiciário, o presidente do Senado, Renan Calheiros, transferiu para a Mesa Diretora da Casa a decisão sobre a promulgação da emenda constitucional que cria quatro Tribunais Regionais Federais no país – um deles em Curitiba. O regimento do Senado não impõe prazo para a promulgação de emendas, possibilitando que a proposta seja postergada ou mesmo engavetada. O empecilho já movimentou entidades paranaenses, que assinaram um documento questionando o impasse no Congresso e prepararam mobilizações para mostrar a importância de um TRF no estado.

18 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

Renan transfere decisão sobre tribunais

Pressionado por setores contrários aos novos TRFs, presidente do Senado deixa promulgação de PEC a cargo da Mesa Diretora da Casa

Pressionado por parlamentares da base governista e por setores do Judiciário, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), disse ontem que vai transferir para a Mesa Diretora da Casa a decisão sobre a promulgação da emenda constitucional que cria mais quatro Tribunais Regionais Federais (TRFs) no país. A criação das novas cortes sofre resistência por parte do Palácio do Planalto e do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa.

A justificativa de Renan é a possibilidade de “erros materiais” na emenda. “Certamente vamos ter que levar a decisão para a Mesa do Senado”, afirmou.

O texto aprovado na Câmara e no Senado foi apresentado em 2002 e cria quatro TRFs. Um deles, o TRF 6, terá sede no Paraná.

O regimento do Senado não impõe prazo para a promulgação de emendas constitucionais, o que na prática permite a Renan postergar a sua entrada em vigor — ou mesmo engavetá-la. A ideia — que agrada ao governo, pois evitaria o gasto previsto

com a ampliação da Justiça Federal — é apresentar um parecer jurídico mostrando que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) aprovada no início do mês é inconstitucional. Segundo essa interpretação, a iniciativa da criação de tribunais teria de partir do Judiciário, argumento também defendido pelo governo. Com isso, o Congresso não promulgaria a emenda, o que a impediria de entrar em vigor.

A manobra é rara. Um dos únicos registros de não promulgação pelo Congresso de uma emenda aprovada em votação ocorreu em 2008 — a proposta mudava a composição das Câmaras Municipais do país.

Bancada paranaense

“O que o Renan me disse é que há discussões técnicas a serem feitas dentro do Senado. Ele me garantiu que vamos ter voz nesse processo”, disse o deputado Osmar Serraglio, correligionário de Renan e coordenador da bancada paranaense em Brasília.

Segundo Serraglio, as questões processuais e constitucionais já foram debatidas nas comissões e no plenário da Câmara. “As dúvidas quanto à capacidade do Congresso criar os tribunais e quanto à possibilidade do texto voltar ao Senado, devido a uma mudança de redação, já foram esclarecidas. E a Câmara não alterou o mérito do que passou pelo Senado”, ponderou o deputado paranaense.

CONTINUA

18 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

PRÓS E CONTRAS

Antiga reivindicação de entidades de juízes e de advogados; criação de mais Tribunais Regionais Federais enfrenta resistências.



A FAVOR

Agilidade no Judiciário

Em média, uma apelação civil protocolada no TRF 4, em Porto Alegre, leva 218 dias para ser julgada. Uma apelação criminal demora ainda mais tempo, 253 dias. Com a criação do TRF 6, com sede no Paraná, e outros três novos tribunais, esse processo será agilizado.

Proximidade

No ano passado, 32% de todos os processos que entraram no TRF 4 eram oriundos do Paraná. O novo tribunal desafoga o TRF 4 e garante celeridade para causas procedentes do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Fronteira

O TRF 6 vai ter jurisprudência sobre a fronteira seca que vai da Argentina à Bolívia, por onde entra 90% das drogas em território nacional. Essa estrutura será reforçada com a implantação do novo tribunal.



CONTRA

Custo

O impacto financeiro do TRF 6 e dos demais tribunais continua incerto. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, fala em R\$ 8 bilhões. Entidades favoráveis ao projeto dizem que o valor não passa de R\$ 1 bilhão.

Constitucionalidade

O presidente do Supremo e alguns parlamentares entendem que a medida que criou os tribunais é inconstitucional. Eles defendem que essa iniciativa deveria ser do Judiciário, por meio de projeto de lei.

Governo

O Executivo federal pressiona a base aliada no Congresso para impedir que a Lei aprovada no Senado e na Câmara seja sancionada. O argumento do governo é o mesmo do presidente do STF: gastos elevados com a implantação dos novos TRFs.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

18 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

JOSÉ LUCIO GLOMB, conselheiro federal da OAB, foi presidente da OAB-PR e do Instituto dos Advogados do Paraná.

Verdades e mitos sobre os novos Tribunais Regionais Federais

Por razões que podem ter origem na falta de conhecimento pormenorizado da situação, ou outras que ainda desconhecemos, o ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), disseminou informações que não condizem com a realidade da criação de Tribunais Regionais Federais. Disse que os custos dos Tribunais seriam de R\$ 8 bilhões por ano; que seriam construídos em resorts no litoral; que serviriam apenas para dar trabalho a advogados e que foram aprovado de forma sorrateira.

Hoje estão em andamento na Justiça Federal 1,1 mi-

lhão de processos. Eram 96 quando criados os atuais tribunais. Toda a Justiça Federal não custa o que o ministro afirmou e os tribunais não implicarão em criar cargos de juízes de primeiro grau, pois eles já estão criados. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), por seu ex-presidente Ari Pargendler, que também era contra, informou que cada tribunal custaria R\$ 91 milhões por ano. Mais as instalações físicas, que tem o compromisso de cessão pelos governos estaduais. Isso foi comunicado oficialmente em junho do ano passado, através do ofício CF-OFI-2012/01822, dirigido à Frente Parlamentar Mista de Criação dos Tribunais. Quanto aos advogados, que tem uma atividade fundamental para a realização da justiça, conforme a própria Constituição Federal afirma, o seu trabalho já está materializado nas mais de 1 milhão e 100 mil ações em curso na justiça federal. Mas serão poupados de ter que dar cotidianas explicações aos seus clientes pelo atraso da Justiça. Por fim, jamais houve qualquer histórico de tribunais criados em resorts.

O desembargador Mário Cesar Ribeiro, presidente do

TRF da 1ª Região, que administra a justiça em 13 estados, com congestionamento que revela a carga de 30 mil processos para cada desembargador, sem perspectivas de solução, sugere transferir os processos previdenciários para as Turmas Recursais. Ora, estas já estão assoberbadas por grande número de processos e um aumento nesta dimensão inviabilizará essas turmas e o próprio juizado especial federal. Está comprovada uma taxa de congestionamento de 65,5% nas turmas e 58,3% nos juizados federais, conforme informa o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através da publicação Justiça em Números de 2012. Argumenta-se ainda com a criação de Câmaras nos estados (então teríamos câmaras em todos os 23 estados que não tem tribunais?), novas atribuições das turmas recursais, e soluções que ao final serão ainda mais onerosas.

Nada se fará sem a necessária infraestrutura, que ao final sairá mais cara e menos eficiente do que a implantação dos novos tribunais.

“Como pode o presidente do STF trabalhar para que o presidente do Senado não promulgue um projeto que foi discutido por dez anos e aprovado em quatro votações?”

Anderson Furlan, juiz federal, ex-presidente da Associação Paranaense dos Juizes Federais (Apajufe).

“O procedimento legislativo foi seguido e a promulgação seria simplesmente um ato formal. Não tem mais nada que ser discutido.”

Antônio César Bochenek, presidente da Associação Paranaense dos Juizes Federais (Apajufe).

“As razões [para a não promulgação da PEC] me parecem políticas, não técnicas.”

Edson Ramon, presidente da Associação Comercial do Paraná (ACP).

CONTINUA

Para entidades paranaenses, é ilegítimo impedir os novos TRFs

■ Caso a PEC 544/2002 não seja promulgada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), as entidades paranaenses que se articularam a favor da criação de mais unidades de Tribunal Regional Federal (TRF) pretendem organizar ações entre a sociedade e os parlamentares para reverter a situação. Eles aguardam o posicionamento final do senador, mas já preparam mobilizações com o objetivo de mostrar a importância da criação de um TRF no Paraná.

Representantes da Associação Comercial do Paraná (ACP), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Paranaense dos Juízes Federais (Apajufe) e Movimento Pró-Paraná assinaram, na tarde de ontem, um documento questionando o impasse no Congresso. De acordo com o texto, não haveria elementos legítimos que impedissem a promulgação da PEC, que já foi aprovada na Câmara e no Senado. Além disso, eles afirmam que os novos TRFs ajudariam a desafogar a Justiça e seriam mais econômicos do que a ampliação dos já existentes.

“A notícia [da possível não promulgação] é chocante para a democracia”, afirmou o juiz federal Anderson Furlan, um dos protagonistas da mobilização pelos novos TRFs. Segundo ele, a situação acontece por pressão

do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, que fez declarações sobre a inconstitucionalidade da criação dos TRFs — segundo ele, a proposta deveria partir do Judiciário — e do alto custo que causaria à máquina pública a implantação das novas unidades.

Um estudo do Conselho Federal de Justiça sobre o custo de implantação de três TRFs (no Paraná, Bahia e Minas Gerais) estimou em R\$ 272 milhões o gasto anual com pessoal, despesas de manutenção e aquisição de equipamentos e veículos dos órgãos. A estimativa não contempla gastos com aluguel, reformas ou aquisição de imóveis. No começo do mês, Barbosa afirmou, no entanto, que os quatro TRFs custariam R\$ 8 bilhões.

O presidente da seção paranaense da OAB, Juliano Breda, diz que as comissões de estudos constitucionais do órgão estão preparando pareceres sobre a constitucionalidade da matéria e de sua tramitação. “Como presidente do Congresso, teoricamente, Renan deveria respeitar a maioria das duas casas que aprovou a PEC. A não ser que ele tivesse uma convicção pela não constitucionalidade da matéria, e é isso que queremos rebater com os pareceres”, afirma.

18 ABR 2013

GAZETA DO POVO

BESSA

Quarentão prestigiado

Foi bastante prestigiada a festa dos 40 anos do deputado estadual Fábio Camargo (PTB), na noite de terça-feira, em sua residência, no Boa Vista. Entre os que foram confraternizar com ele estavam o procurador-geral de justiça, Gilberto Giacoia, o advogado José Cid Campelo Filho, os conselheiros do Tribunal de Contas Ivan Bonilha e Hermas Brandão, os deputados Nelson Justus, Alexandre Curi e Ney Leprevost, o diretor da Sanepar, Ezequias Moreira, e os secretários Reinhold Stephanes (Casa Civil) e Ratinho Jr. (Desenvolvimento Urbano).

•••

Também estavam presentes membros do Poder Judiciário, presidido pelo pai do aniversariante.

NOTA POLÍTICA

(Con)vivendo com o adversário

Num jantar recheado de autoridades do primeiro escalão de todos os poderes do Paraná, o deputado estadual Fábio Camargo (PTB) comemorou ontem 40 anos de idade. Estiveram presentes na festa desembargadores, conselheiros, procuradores, parlamentares e secretários de Estado. Até mesmo o deputado Plauto Miró (DEM), que disputa com Camargo a cadeira de conselheiro do Tribunal de Contas que será aberta no fim do mês, foi ao evento e presenteou o adversário com uma garrafa de whisky.

GAZETA DO POVO

Rodrigo Janot encabeça lista de indicados para substituir Roberto Gurgel

18 ABR 2013

Os procuradores Rodrigo Janot, Ela Wiecko e Deborah Duprat foram os mais votados na eleição realizada ontem pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). Eles irão compor a lista tríplice para indicação do novo procurador-geral da República, cargo ocupado hoje por Roberto Gurgel. A lista será encaminhada para a presidente Dilma Rousseff, que vai definir quem será o sucessor de Gurgel, que encerra seu mandato em agosto. O nome do escolhido terá de ser aprovado depois pelo Senado.

Tríplice

A ANPR faz a lista tríplice há dez anos. Dilma poderá escolher quem quiser, ou mesmo ignorar a lista. No entanto, desde os governos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, virou tradição respeitar a lista e sua ordem.

A eleição para formar a lista tríplice ocorreu das 10h às 18h de ontem. Foram usados 176 computadores espalhados por órgãos do Ministério Público Federal em todo o país. Pouco mais de 1.200 procuradores podiam participar do pleito, mas apenas 888 votaram. Janot teve 511 votos válidos, Ela 457 e Deborah, 445. Os eleitores poderiam votar em até três candidatos.

Os três são sub-procuradores-gerais da República, último nível de carreira do Ministério Público Federal. A sub-procuradora Sandra Cureau também foi candidata, mas obteve menos votos que os concorrentes. Ela teve 271 votos.

18 ABR 2013

» EMBARGOS GAZETA DO POVO

Supremo dobra prazo para réus do mensalão apresentarem recursos

Advogados terão dez dias, após a publicação oficial do resultado do julgamento, para recorrer da condenação.

Decisão foi tomada pela corte do STF após muita resistência de

Joaquim Barbosa

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem por 8 votos a 1, ampliar o prazo para que as defesas dos réus do mensalão apresentem seus recursos contra as condenações. A maioria dos ministros optou por dobrar o prazo regimental de cinco dias após a publicação do acórdão (resultado oficial do julgamento) para a apresentação dos chamados embargos de declaração. Dessa forma, os advogados dos réus do mensalão terão 10 dias para recorrer da condenação.

Presidente do tribunal e relator do mensalão, Joaquim Barbosa resistiu a levar o tema ao plenário, mas cedeu após insistência dos advogados e dos próprios ministros, que temiam possíveis críticas de que houve cerceamento do direito de defesa. Alguns dos réus requeriam o acesso antecipa-

do dos votos e um tempo de pelo menos 20 dias para analisá-los antes da publicação do acórdão.

Durante o julgamento de ontem, Barbosa voltou a dizer que os pedidos das defesas eram absurdos e acusou os advogados de tentarem uma "manipulação do prazo legal". O ministro Teori Zavascki abriu divergência. Ele afirmou que, de acordo com o Código de Processo Penal, o prazo legal para recursos é de apenas dois dias, mas argumentou que o STF, mesmo nos casos criminais, leva em conta o estabelecido no Código de Processo Civil.

Zavascki lembrou que a legislação civil permite, nos casos com muitas partes envolvidas, dobrar o prazo de recursos, exatamente para possibilitar a ampla defesa. Ele foi seguido em sua argumentação pelos colegas Rosa Weber, Celso de Mello, Gilmar Mendes, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski e José Antonio Dias Toffoli.

O ministro Marco Aurélio Mello defendeu não só a liberação dos votos antes da publicação do resultado oficial como a maior ampliação dos prazos.

Joaquim Barbosa seguiu a decisão da maioria dos colegas, mas criticou o que chamou de "sistema arcaico de publicação de acórdão". "O meu voto como relator foi disponibilizado há mais de dois meses. Estamos caminhando para o fim do semestre e não sei se vamos publicar [o acórdão] amanhã [hoje] ou depois, pois tem que unificar todos os votos. Temos um problema de informática, pois nosso sistema é precário", disse.

Joaquim Barbosa também defendeu que os ministros reflitam sobre uma mudança em relação às regras de liberação dos votos para o acórdão.

CONTINUA

"Estamos caminhando para o fim do semestre e não sei se vamos publicar [o acórdão] amanhã [hoje] ou depois, pois tem que unificar todos os votos. Temos um problema de informática, pois nosso sistema é precário."

Joaquim Barbosa, presidente do STF e relator do mensalão.

8 X 1

maioria dos ministros do STF foi favorável a dobrar o prazo regimental de 5 dias para que defesa dos réus do mensalão recorra da condenação. O ministro Marco Aurélio Mello defendeu um prazo ainda maior.

18 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Publicação

Ao longo do julgamento, o presidente do Supremo afirmou que a divulgação do acórdão está prevista para hoje. Se isso ocorrer, o documento será considerado publicado apenas na sexta-feira e o prazo de 10 dias corridos começará a ser contado a partir da próxima segunda-feira. Seguindo esse cronograma, o prazo dos advogados terminaria no dia 1.º de maio, um feriado. Com isso, eles ganham mais um dia e teriam até o dia 2 para apresentar os recursos.

GAZETA DO POVO

➤ SUPREMO

Fux relata no STF processo de amigo advogado

18 ABR 2013

Apesar de ter se declarado oficialmente impedido de julgar casos do escritório do advogado Sérgio Bermudes, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), é relator de um importante caso tributário que tem o defensor como representante de uma das partes. Fux é amigo íntimo de Bermudes e sua filha, Marianna Fux, trabalha no escritório.

O processo sob relatoria do ministro diz respeito a um recurso sobre cobrança dupla do imposto estadual ICMS nas compras feitas pela internet. O caso em questão envolve, de um lado, o Estado de Sergipe e, do outro, a empresa B2W (que reúne sites como Americanas.com, Submarino e Shoptime), representada por Bermudes.

Em novembro do ano passado, Fux proferiu um voto no sistema interno do tribunal reconhecendo a repercussão geral do caso, transformando-o em um recurso que, apesar de tratar de um caso específico de Sergipe, terá efeitos genéricos para todo o Judiciário. O reconhecimento dessa repercussão foi aprovado por unanimidade pelos ministros do Supremo, o que não significa juízo de valor sobre a causa.

Assim que tomou posse como ministro, Fux enviou à Secretaria do tribunal um documento, comunicando formalmente seu impedimento, “por motivo de foro íntimo”, para julgar os processos do escritório de Sérgio Bermudes.

“Erro operacional”

Por meio da assessoria do tribunal, o gabinete de Fux informou que, quando a repercussão geral foi concedida, “não foi observado naquele momento que se tratava de um caso de impedimento do ministro”, mas disse que agora o processo será encaminhado à presidência da corte para que a relatoria seja transferida. “Dessa forma, o processo será redistribuído, passando a ser relatado por outro ministro”, diz o gabinete.

Também esclarece que “a decisão proferida não representa um posicionamento do ministro quanto à questão de fundo”.

O STF também divulgou nota ontem para esclarecer o caso. De acordo com o tribunal, “a eventual participação do ministro Fux em processos patrocinados pelo escritório Sérgio Bermudes decorreu de falha no sistema de verificação que não indicou o impedimento comunicado. Trata-se de falha operacional.

18 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» DENÚNCIA

Morte de 29 moradores de rua coloca ministra em alerta

A ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, formalizou ontem o requerimento para que a Procuradoria-Geral da República (PGR) peça ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) a transferência, da esfera estadual para a federal, da competência para apurar e julgar uma série de crimes ocorridos na região metropolitana de Goiânia. O procurador-geral, Roberto Gurgel, ainda não se manifestou sobre o assunto. As informações são da Agência Brasil.

Acompanhada por integrantes do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, a ministra acredita que o assassinato de 29 moradores de rua, registrados desde agosto de 2012, e os 39 casos de pessoas desaparecidas nos últimos anos após serem abordadas por policiais indicam a ocorrência de graves violações aos direitos humanos que não vêm sendo apuradas, justificando o chamado deslocamento da competência.

“Constatamos a morosidade [na apuração] dos inquéritos, [incluindo] os que têm policiais envolvidos e que não têm andamento, ficando parados, ou em que a denúncia não ocorre”, afirmou a ministra, explicando ter fundamentado o pedido a partir de dois casos envolvendo três vítimas e que, segundo ela, contêm indícios de não estarem relacionados

a rixas motivadas por drogas, como sustentam autoridades estaduais. “O Estado precisa agir antes que sejamos denunciados a cortes internacionais de direitos humanos”, disse a ministra.

NOTA POLÍTICA Global

O ministro Gilmar Mendes, do STF, está processando o ator da Rede Globo **José de Abreu** mais uma vez. O motivo foi o que o ator escreveu dia 10 de dezembro de 2012 no microblog Twitter. Na mensagem, o ator dizia: “E o Gilmar Mendes, que contratou o Dadá? 19 anos de cadeia pro contratado. E pro contratante? Domínio do fato?” A mensagem se referia a uma notícia do jornal *O Estado de S. Paulo* que dizia que o ministro, para evitar grampos contra ele, teria contratado Jairo Martins, que é parceiro do araponga Dadá. Essa é a segunda vez que Gilmar processa o ator. Na primeira, Abreu se retratou formalmente, desculpando-se de ter chamado o ministro de “corrupto” em outra postagem na mesma rede social. Agora, o ator já afirmou que não irá se retratar.

PALESTRA Encontro para uma adoção consciente

» DATA: 20 de abril (às 15 horas).

» PALESTRANTE: Alfredo Löhner Junior.

» TEMA DO MÊS: adoção – aspectos do desenvolvimento a serem observados na criança.

» LOCAL: Fempar – Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná. Rua XV de Novembro, 964 – 4º andar (em frente do Guairinha).

» INFORMAÇÕES: (41) 3353-7895.

18 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» CARANDIRU

Jurado passa mal e júri é suspenso

Um dos sete jurados no julgamento de 26 policiais envolvidos no massacre do Carandiru passou mal e provocou a suspensão da sessão no terceiro dia do júri. Se não houver melhora de seu estado, o júri será adiado e terá de recomeçar do zero. Em tese, depoimentos já tomados teriam de ser refeitos. Caso isso ocorra, seria o terceiro adiamento. Na semana passada, o julgamento foi cancelado pelo mesmo motivo. No início do ano, houve adiamento a pedido da Promotoria.

Agora, conforme o Tribunal de Justiça, o jurado reclamou de mal-estar e passou por atendimento médico. No total, seis homens e uma mulher formam o corpo de jurados. Não foi divulgado o nome do homem que passou mal nem de qual tipo de enfermidade ele sofre mas, segundo o juiz José Augusto Nardy Marzagão, os sintomas não são graves. Ele disse, inclusive, que o jurado demonstrou intenção de continuar os trabalhos, mas o magistrado preferiu seguir a recomendação médica de que ele deveria repousar.

Segundo o TJ, defesa e acusação fizeram um acordo em que apenas quatro dos 26 réus vão falar. O restante deve usar o direito de permanecer calado. O juiz esperava que o resultado saísse até sexta-feira. A ação em 2 de outubro de 1992 deixou 111 mortos. Há outros três julgamentos previstos.

19 anos de prisão pela morte de juíza

O cabo da Polícia Militar Carlos Adílio Maciel Santos foi condenado a 19 anos e seis meses de prisão por participação na morte da juíza Patricia Acioli, que levou 21 tiros, em 2011. Ele foi condenado por homicídio triplamente qualificado e formação de quadrilha. Carlos Adílio é um dos 11 policiais militares acusados de envolvimento no assassinato da juíza. Ele é o quinto policial a ser julgado.

18 ABR 2013

GAZETA DO POVO

LEGISLAÇÃO

Senado torna crime venda de bebida alcoólica a menor

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem projeto que torna crime a venda ou o fornecimento gratuito de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos. A proposta, que já passou por outras comissões do Senado e já havia sido aprovada em primeiro turno na CCJ, segue agora para a Câmara dos Deputados. O projeto prevê punição com

reclusão de dois a quatro anos em casos de flagrante. Estabelecimentos comerciais ficam sujeitos a multa de até R\$ 10 mil. Ao justificar o projeto, o autor, o senador Humberto Costa (PT-PE), afirmou que a iniciativa vai resolver "controvérsia jurídica acerca de qual procedimento aplicar nos casos de venda de bebida alcoólica a criança ou adolescente: se o ato deve ser tratado como contravenção ou como crime". As punições serão acrescidas em dois artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

COLUNA DO LEITOR

Maioridade penal

O Estatuto da Criança e do Adolescente precisa ser revisto com urgência. Quem paga com a impunidade é a sociedade; pais perdem filhos, filhos perdem pais e o menor infrator continua intocável. Os marginais adultos agenciam o menor para praticar os crimes, ocultando-se em sua sombra. Enquanto permanecer tal protecionismo, a tendência é a ampliação da marginalidade.

José Berthier Fortes

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

A ameaça que vem das cadeias

A Secretaria Estadual da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos registra em seu portal que a população carcerária no estado, hoje, é de 28.286 pessoas, exaltando a ressocialização de 71,38% dessa massa, que estaria trabalhando ou estudando. Dó total, 17.431 estariam alojados nas 18.380 vagas da Seju, o que seria “confortável”, considerando que outros 5.424 estão nas 1.167 vagas do modelo conjunto de administração com a secretaria de Segurança. Outros 5.431 superlotam as 3.320 vagas de delegacias.

A Secretaria de Saúde, por sua vez, comemora a queda de 20% no índice de mortes por tuberculose e o crescimento da taxa de cura, que subiu de 75% em 2011 para 77% no ano passado, quando foram detectados 2.359 novos casos. No Paraná, de cada grupo de 100 mil habitantes, 22,4 são vítimas da tuberculose, contra a média nacional de 37,1.

E o que uma coisa ter a ver com a outra? Comemorações à parte, o fato é que pelo menos 10% da população tuberculosa do Paraná estão alojados nas cadeias. Pelo atual modelo de gestão do sistema prisional, contestado por muitos especialistas, a secretária de Justiça do Paraná deve ser entendida como a síndica da moradia de quase 30 mil pessoas, instaladas em 31 unidades prisionais e em inúmeras delegacias policiais. Mas qual a estrutura assistencial que está sendo oferecida à síndica para dar atenção à saúde dessa gente toda que habita o condomínio?

A maioria das unidades penais sequer conta com um único médico. O Complexo Médico Penal Wallace Thadeu de Mello e Silva (homenagem ao pai do ex-governador), composto pelo Manicômio Judiciário e Hospital Penitenciário, para dar suporte às 700 vagas psiquiátricas e 70 clínicas — que vivem lotadas e em constante permuta — tem 15 médicos, sendo apenas quatro psiquiatras. Os equipamentos estão sucateados, como o de raio-X, que veio do antigo IPE de Londrina na década de 80.

18 ABR 2013

No centésimo dia de 2013, o Complexo Penal registrava o 40.º caso novo de tuberculose (um a cada 60h). Não é busca ativa. São doentes que chegam. Para sanitaristas, indicadores alarmantes. Para profissionais que atuam no local, motivo de tensão e certeza de más condições de trabalho. Estatísticas mostram, por exemplo, que agentes penitenciários têm 12 vezes mais riscos de contrair a doença. O porcentual dos detentos com risco de contrair tuberculose é 27 vezes maior; perde apenas para os mendigos, que têm 60 vezes mais chance.

Sem tratamento adequado e contínuo, o que é quase uma regra nas demais unidades prisionais ou delegacias — reservatório favorável de contaminação —, a maior parte dos detentos deixa as unidades doentes e pronta para propagar a doença entre familiares e pessoas de convívio.

O resumo da ópera: os presos no Paraná estão sim sendo tratados em condições sub-humanas. Pior: quando livres do xadrez sem tratamento adequado, mantêm-se presos à doença e involuntariamente como uma ameaça à saúde pública.

GAZETA DO POVO

ELZA OLIVEIRA FILHA

Em defesa dos

jornalistas

Nas últimas semanas, uma leva de entusiasmados estudantes universitários passou a ocupar as carteiras das turmas de primeiro ano nos 316 cursos de Jornalismo existentes no Brasil. São, em sua maioria, jovens em torno de 20 anos que optaram por abraçar uma das profissões mais exigentes e emocionantes do mundo, definida por Gabriel García Márquez como uma "paixão insaciável". Mas também, nos dias que correm, uma das atividades mais perigosas.

A Federação Internacional de Jornalistas registrou 2.271 assassinatos de profissionais entre 1990 e 2010. No ano passado foram 121 mortes e a maior parte, de acordo com a entidade, foram "crimes encomendados" para silenciar jornalistas em investigativos. O Brasil ocupou o vergonhoso quinto lugar entre os países em que há maior número de crimes contra profissionais de imprensa, com seis assassinatos em 2012. Isso sem contar os casos de agressão física e verbal, as censuras, ameaças e outras formas de violência.

A própria Gazeta do Povo tem um dos seus mais respeitados profissionais, o repórter Mauri König, vivendo sob ameaça desde o ano passado, em função da série de reportagens "Polícia fora da lei", nas quais denunciou irregularidades na Polícia Civil do Paraná.

As estatísticas, infelizmente, começaram preocupantes no corrente ano: dois radialistas — Mafaldo Bezerra Goes, do Ceará, e Rodrigo Neto, de Minas Gerais — foram executados a tiros nos meses de fevereiro e março. E o ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal, agrediu verbalmente o repórter Felipe Recondo, do jornal *O Estado de S. Paulo*, chamando-o de "palhaço" e dizendo que ele deveria "chafurdar no lixo", numa atitude de todo condenável.

Na condição de professora de Jornalismo, percebo o entusiasmo contagiante dos novos aspirantes a jornalistas e renovo a minha confiança nesta atividade

18 ABR 2013

de essencial para a vida democrática. Em pesquisa respondida nos primeiros dias de aula, ouvi de mais de duas dezenas de estudantes que "a expectativa de denunciar coisas erradas que acontecem na sociedade" é, para eles, o aspecto mais atraente da atividade jornalística (em primeiro lugar, para 40 alunos, ficou a alternativa "a consciência da importância da informação para a cidadania" como a principal característica que atraiu os novos acadêmicos de Jornalismo).

Creio que, quando projetam seu futuro ligado à denúncia de "coisas erradas", estes jovens estão pensando nos desmandos dos poderosos de todos os níveis, no uso incorreto dos recursos públicos, na exploração desmesurada da natureza, no preconceito e em tantas outras formas equivocadas de convívio social. Ao mesmo tempo, quando apontam a importância da informação para que os cidadãos exerçam seus direitos e pautem seus deveres, os futuros jornalistas demonstram percepção a respeito da responsabilidade social da profissão e de sua capacidade transformadora.

Responsabilidade e importância que não podem estar submetidas a ameaças de qualquer esfera: o jornalismo precisa ser exercido com liberdade e independência, tendo como lealdade primeira o interesse coletivo. É por isso que a sociedade, no Brasil e nos demais países, deve cobrar que as autoridades garantam condições efetivas de segurança e trabalho para os profissionais de imprensa; exigir que a impunidade não prevaleça incentivando novos crimes; e condenar, por todos os meios possíveis, as violações ao direito de comunicação.

Elza Oliveira Filha, doutora em Ciência da Comunicação pela Unisinos, é professora do curso de Jornalismo da Universidade Positivo e atuou no jornalismo diário durante mais de 20 anos.

GAZETA DO POVO

EDUARDO SALDANHA

18 ABR 2013

Retórica vicia interpretação do Judiciário

ARTIGO

EDUARDO SALDANHA,
doutor em Direito
Internacional

Priméiro a teoria e depois a prática. Em uma democracia deve haver a defesa de algumas premissas fundantes e, no caso de violação a algumas dessas premissas básicas, o mediador, de forma independente, deve ser o Poder Judiciário.

Em governos não livres, por assim dizer, governos que deturpem a liberdade democrática, por mais que utilizem o seu rótulo discursivamente, o cerceamento de liberdade é instrumento, a censura a jornais é constante, sendo que o Judiciário simplesmente atua como ratificador das políticas executivas.

Agora, à prática. Em um país onde a base do conflito político é a existência de duas metades, e não de uma maioria, tal qual afirmado por Henrique Capriles, a Venezuela é certamente um país dividido, mas que está subordinado a poderes não independentes, vide a composição do Tribunal Superior da Venezuela, o qual é formado basicamente por juristas ligados à atual situação, chavistas por essência.

Dois episódios merecem maior reflexão sobre como a retórica política tem viciado a interpretação do Judiciário. O primeiro deles diz respeito à decisão do Tribunal de Justiça da Venezuela, presidido por Luisa Morales, que conduziu Maduro à Presidência após a morte de Hugo Chávez, embora a própria Constituição Bolivariana definisse que o sucessor da presidência deveria ser o presidente da Assembleia Nacional, Diosdado Cabello.

O segundo episódio, que evidencia ainda mais o direcionamento do Poder Judiciário venezuelano está na afirmação da mesma juíza sobre a ausência de base legal para recontagem de votos da eleição presidencial. O que causa estranheza no presente episódio é o fato de a oposição sequer ter formalizado pedido de recontagem ou anulação, não existindo ainda fundamentos legais a serem aceitos ou rechaçados pelo Judiciário.

Dessa forma me questiono: a afirmação judicial da retórica situacionista ao arrepio da lei é característica de um Estado Democrático de Direito?

18 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

TJ e MP recebem queixa sobre comissionados

José Lazaro Jr.

Reportagem Local

Curitiba - Duas representações questionando a contratação de comissionados no governo do Paraná foram protocoladas ontem por deputados do PT. Elas pedem que o Ministério Público (MP) e o Tribunal de Justiça (TJ) analisem se 729 pessoas não foram irregularmente empregadas na administração pública, já que em dezembro de 2012 a gestão Beto Richa (PSDB) ultrapassou o limite prudencial de gastos com o funcionalismo.

"A LRF é bastante clara, o governo está impedido de contratar novos comissionados por ter atingido o limite de gastos com a folha de pagamento. Nossa bancada fez uma série de alertas na AL sobre este equívoco, que pode trazer consequências graves para o Estado", reclamou o deputado estadual Ênio Verri. Segundo o petista, que é presidente estadual do PT, o governo estaria "atropelando" a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele e os outros deputados do PT pedem que os decretos sejam anulados.

Procurado pela FOLHA, o Secretário Estadual da Fazenda, Luiz Carlos Haully (PSDB), disse que a alegação não procede. "Nós readquirimos o limite no primeiro semestre", contestou. "É um factóide político. Quando o governo é muito dinâmico, a oposição fica desesperada para criar um fato novo", reclama Haully. Ele argumenta que a despesa com comissionados (admitidos sem concurso público) foi de R\$ 10 milhões no último mês, "menos de 1% do gasto com funcionalismo, que foi de R\$ 1,1 bilhão".

18 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Vaga no TC

Com a aposentadoria do conselheiro Hermas Brandão no Tribunal de Contas (TC) cada vez mais próxima, aumenta a campanha dos dois principais candidatos à vaga: os deputados estaduais Plauto Miró (DEM) e Fábio Camargo (PTB). Na terça-feira à noite, Camargo comemorou 40 anos de idade e realizou uma festa em casa. Plauto foi, levou uma garrafa de whisky de presente e se retirou. "Ele está em campanha, não ia atrapalhar. Fui dar os parabéns, pois sempre tivemos uma boa relação", disse Plauto.

Cúpula reunida

Camargo publicou as fotos do evento no Facebook. Lá estavam três conselheiros do TC: Durval Amaral, Ivan Bonilha e o próprio Hermas Brandão. Reinhold Stephanes (Casa Civil), Ratinho Júnior (Desenvolvimento Urbano) e Ricardo Barros (Indústria e Comércio) representaram o governo do Paraná. O procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, também posou para fotografias. Vários deputados federais foram ao evento, alguns ficando mais tempo, outros menos. Bastam 28 votos para eleger o futuro conselheiro do TC, dados em votação secreta.

Liminar adia demolição do Julio Delamare

Rio - A justiça carioca decidiu, na madrugada desta quarta-feira, conceder uma liminar impedindo a demolição do Parque Aquático Julio Delamare, no Rio, que teria início ontem pela manhã. A decisão veio durante o Plantão Judiciário Noturno, na madrugada, acatando um pedido feito pela 8ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da capital fluminense.

De acordo com o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), a Justiça entendeu que a demolição causaria prejuízo ao patrimônio público, pois o Estado estaria assumindo custos que deveriam ser suportados pelo concessionário escolhido na licitação.

O Julio Delamare deverá ser demolido para dar lugar a um estacionamento como parte das obras do complexo do Maracanã visando a Copa do Mundo de 2014. A construção e administração deste estacionamento ficará a cargo da concessionária que vencer a licitação aberta pelo governo do Rio.

Por isso, a Justiça entendeu que caberá a esta concessionária - e não ao governo - realizar a demolição, uma vez que será ela a administrar e lucrar com o espaço. Ainda segundo o MPRJ, a Justiça acrescentou que a demolição do Parque Aquático também seria ilegal por interferir no regular andamento do processo. Para o MP, a demolição não poderia ocorrer antes da apreciação da liminar.

FOLHA DE LONDRINA

Termina greve dos servidores do Detran-PR

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - Os servidores do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-PR) decidiram ontem, em assembleia realizada em Curitiba, encerrar a greve que foi iniciada no último dia 5. Conforme o sindicato da categoria, a partir das 8 horas de hoje os atendimentos serão normalizados em todas as unidades do Paraná.

De acordo com Adriane Beatriz da Silva, integrante do comando de greve, os servidores decidiram retornar ao trabalho e aguardar o julgamento do pedido de revisão da liminar do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), que determinou a suspensão da paralisação. A decisão judicial foi expedida no primeiro dia da mobilização, entretanto, mesmo assim, os servidores cruzaram os braços.

Enquanto o julgamento não

ocorre, destacou Adriane, a categoria retorna ao trabalho e negocia a pauta de reivindicações a partir da próxima segunda-feira, com a direção da autarquia. "Está prevista a assinatura de um protocolo de intenções entre o sindicato e a direção do Detran-PR, para que todas as reivindicações sejam discutidas", disse.

A categoria cobra pagamento dos encargos especiais regulamentado e reajustado, novo concurso público, melhorias de espaço físico e equipamentos e condições de trabalho, criação de um quadro próprio, reajuste de insalubridade, entre outros.

O Detran-PR já havia informado que as cidades de Londrina, Maringá, Curitiba, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa e Cascavel, receberiam reforço de equipes extras nas Ciretrans para contornar os problemas causados pela greve.

Sem casa **INFORME**

O Ministério Público (MP) em Foz do Iguaçu entrou na Justiça com uma ação civil pública pedindo um ressarcimento de R\$ 1,5 milhão ao erário municipal. O MP sustenta que não foi cumprida, integralmente, a meta de construção de casas populares prevista em licitação. Das 300 habitações contratadas, foram entregues apenas 158 imóveis. A ação civil pública é contra três ex-sócios da Madeireira Esperança e uma ex-diretora técnica da extinta autarquia Companhia de Habitação de Foz do Iguaçu (Cohafoz).

18 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

Maioridade penal aos 16 anos

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse à imprensa que ainda pretende conhecer a proposta do governador de São Paulo sobre a redução da maioridade penal. Ele também falou que não entende que o menor, que cumpre pena, tenha que ser encaminhado para um presídio em vez da Fundação Casa. "Temos verdadeiras escolas de criminalidade em muitos presídios brasileiros. Há exceções, mas temos situações carcerárias que fazem com que certos presos lá adentrem e, em vez de saírem de lá recuperados, saem vinculados a organizações criminosas." Diante dessa declaração e sem propostas para mudar a realidade prisional de adultos, o que esperar da mudança da maioridade penal a partir dos 16 anos? Senhor ministro, os menores de 18 anos estão assumindo todos os ônus relacionados com a criminalidade devido à proteção da legislação. Antes eles eram usados pelos meliantes adultos, hoje eles próprios estão planejando por conta suas ações criminais. Quantas pessoas de bem têm que perder a vida para esse menor, quando sabemos que a decisão de mudar cabe aos legisladores? Não vamos aguardar até o problema chegar em nossa casa, não concorda ministro?

YUCHIHARU OUTUKI (engenheiro agrônomo) – Itambaracá

Contra a PEC 37

Parabéns à FOLHA pelo editorial "Contra a PEC 37" (Opinião, 13/4). Muito lúcida também a opinião do leitor Antonio da Silva Pinhatari sobre a PEC da Impunidade na seção de cartas. E o que dizer do artigo de dom Orlando Brandes "A favor do Ministério Público" (Espaço Aberto) da mesma edição? Há muito venho apreciando os artigos do Arcebispo de Londrina aos sábados nesse mesmo espaço. E cada vez mais tenho me convencido da sabedoria e do bom senso de sua excelência reverendíssima. Feliz é a Igreja que tem um sábio como pastor. A Igreja de Londrina está de parabéns pelo seu pastor.

JOSÉ EDMUNDO MOURA (aposentado) - Ribeirão do Pinhal

18 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

CAMPO MAGRO

Juizados

Campo Magro recebeu na terça-feira o primeiro Posto Avançado dos Juizados Especiais. Trata-se de uma extensão dos Juizados Especiais do Foro Regional de Almirante Tamandaré e também o primeiro Posto Avançado da Região Metropolitana de Curitiba. A instalação é um marco na história do município. O Posto Avançado tem por objetivo atender os pedidos da população campomagrense, junto aos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública.

18 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

Maioridade penal

A polêmica sobre a maioridade penal chegou ontem à Assembleia Legislativa. O líder do governo, deputado **Ademar Traiano** (PSDB), defendeu a redução para 16 anos. “Se o jovem pode votar aos 16 anos, pode ser responsabilizado criminalmente por suas ações. O excesso de proteção leva muitas vezes ao jovem a cometer ilicitudes. A facilidade para cometer delitos porque a lei protege tem que acabar”, argumentou o tucano.

Prerrogativa

Traiano também defendeu, nesta semana, a PEC que acaba com o poder de investigação do Ministério Público. Advogado por formação, ele concorda com o argumento de que a investigação é uma prerrogativa da Polícia Civil e que cabe aos promotores e procuradores apenas o papel de formular as denúncias à Justiça, após a apuração policial.

Colarinho branco

Já o líder da bancada de oposição, deputado Tadeu Veneri (PT), afirmou ontem que, antes de pensar em redução da maioridade penal, o Brasil devia se preocupar com o fim da impunidade para crimes de “colarinho branco”. O petista citou levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontando que, entre 2010 e 2011, 2.918 ações envolvendo crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e atos de improbidade administrativa prescreveram sem que fossem julgadas.

EM BAIXA

Os réus condenados na Ação Penal 470, o processo do mensalão, terão prazo em dobro para apresentar recursos quando o acórdão do julgamento for publicado. A decisão de ampliar o prazo, de cinco para dez dias, foi tomada ontem por maioria de votos, no SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF).

TRABALHO

Greve dos servidores do Detran chega ao fim

A greve de servidores do Departamento de Trânsito do Paraná (Detran-PR), deflagrada no dia 5 de abril, foi encerrada ontem, depois de assembleia da categoria. A paralisação foi encerrada depois que a diretoria geral Detran entregou, em reunião com diretores do Sindicato dos Servidores da autarquia (Sisdep), ofício solicitando o cumprimento da decisão judicial, que determina o fim imediato da greve, e a definição do canal de diálogo que representa a categoria. A paralisação foi considerada ilegal pelo Tribunal de Justiça do Estado desde sua deflagração.

No documento, o Departamento estabelecia “que só retomaria as negociações da pauta estabelecida em conjunto quando o Sisdep, em todas suas instâncias e sindicalizados, se fosse cumprido a decisão do Tribunal de Justiça, retomando as atividades e as tratativas por meio da sua diretoria executiva”.

Durante estas negociações, o Detran intensificou medidas operacionais de apoio às Ciretrans mais afetadas. Servidores extras iriam realizar os serviços em Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu. A medida já vinha sendo tomada em Curitiba, onde servidores comissionados e aqueles que não aderiram à paralisação, reforçaram os postos. O Detran promete reiniciar as negociações assim que os trabalhadores retomem seus postos.

18 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

Tráfico de pessoas

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados que investiga o tráfico de pessoas no Brasil promove hoje audiência pública no Plenarinho da Assembleia, em Curitiba. A CPI é presidida pelo deputado federal Arnaldo Jordy (PPS/PA), e tem como 2º vice-presidente o deputado federal paranaense Fernando Francischini (PEN).

Comissionados

A bancada do PT na Assembleia protocolou na terça-feira duas representações, no Ministério Público (MP-PR) e no Tribunal de Justiça (TJ-PR), solicitando que os órgãos abram investigações sobre a contratação de novos comissionados pelo governo Beto Richa (PSDB) entre os meses de janeiro e abril deste ano. Os petistas alegam que as nomeações realizadas durante o primeiro quadrimestre de 2013 são ilegais porque o Executivo ultrapassou o limite prudencial da Lei de Responsabilidade (LRF) para despesas com pessoal no final do ano passado. Apenas entre 4 de janeiro e 19 de março, diz a bancada, o governo do Estado nomeou 729 comissionados, a um custo aproximado de R\$ 46 milhões por ano.

Limite

O argumento para alegar a ilegalidade das nomeações se baseia no fato do secretário de Estado da Fazenda, Luiz Carlos Haully, ter apontado, no início de março, em prestação de contas à Assembleia, que o governo chegou ao fim de 2012 com 46,67% da receita líquida corrente comprometida com a folha de pagamento, quando o limite prudencial para esse tipo de despesa é de 46,55%. “A LRF (*Lei de Responsabilidade Fiscal*) é bastante clara, o governo está impedido de contratar novos comissionados por ter atingido, no último quadrimestre de 2012, o limite de gastos com a folha de pagamento”, explicou o deputado estadual e presidente do PT Paraná, Enio Verri.

18 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Maioridade opõe especialistas e sociedade

Para professores e criminalistas, apoio popular à redução da idade penal, apontado pelo Datafolha, é passional

Assassinato de jovem em SP infla ânimo, segundo especialistas; pesquisa aponta aprovação de 93%

O debate sobre a redução da maioridade penal opõe especialistas em direito e a sociedade. Apesar de 93% dos paulistanos apoiarem a medida, professores e advogados se dizem contra a mudança na legislação para jovens entre 16 e 18 anos.

Foi a maior aprovação à proposta medida pelo Datafolha em São Paulo. Em 2003 e 2006, o apoio foi de 83% e 88%, respectivamente.

Os argumentos dos especialistas são o aumento da população carcerária, o fracasso do sistema penitenciário e o possível agravamento da criminalidade com a entrada dos jovens nas prisões.

Outra razão apontada contra a mudança é a fato de a discussão sobre o assunto estar motivada por um crime brutal: o assassinato de Victor Hugo Deppman, 19, em um assalto no dia 9. Um jovem, que estava a três dias de fazer 18 anos, foi detido sob suspeita de ser o assassino.

Ontem, no programa "Encontro com Fátima Bernardes", da TV Globo, os pais de Deppman defenderam a redução da maioridade.

"Sempre fui a favor. Sou

advogada e para mim é inconcebível a gente viver em uma sociedade com a gama de informações que esses jovens recebem e eles não saberem o que fazem", disse a advogada trabalhista Marisa Riello Deppman, mãe da vítima.

REFLEXO EMOCIONAL

Para Antonio Magalhães Gomes Filho, 67, diretor da Faculdade de Direito da USP, a opinião dos paulistanos é um reflexo emocional do crime.

"Sistema penitenciário não recupera ninguém desde o tempo que eu fui estudante. Essas medidas em relação aos menores não produzem efeito", diz o diretor.

Alamiro Netto, professor de direito penal da USP e criminalista, concorda. "A pesquisa é interessante para ter um instantâneo da comoção social. Isso é normal, mas é muito mais uma resposta passional do que reflexiva", diz.

Marta Machado, professora de direito penal da FGV (Fundação Getúlio Vargas), afirma haver uma "tradição de evocar respostas populistas penais logo depois de crimes de grande comoção".

Ela exemplifica com a alteração da lei de crimes hediondos em 1994, motivada pelo assassinato de Daniela Perez, e a mudança do Código Penal em 2009 para especificar o sequestro relâmpago na lei. "Encarcerar é o remédio que mata o doente. Em vez de oferecer uma alternativa, o Estado dá o adolescente de mão beijada para o tráfico."

FOLHA DE S. PAULO

Maioridade legislativa

Congresso precisa enfrentar a questão dos adolescentes homicidas, por exemplo elevando o tempo máximo de internação, hoje de 3 anos

Pesquisa Datafolha publicada ontem registrou apoio recorde à redução da maioridade penal, hoje fixada aos 18 anos. Nada menos que 93% dos paulistanos disseram-se a favor da mudança legislativa.

A quase unanimidade é rara em levantamentos do tipo. Ainda que a comoção diante de novo assassinato estúpido cometido por um adolescente tenha estimulado a tendência, é inequívoco que a sociedade clama, com razão, por ações capazes de combater a insegurança.

Não há como fugir desse debate. O direito penal precisa, já no plano simbólico, mostrar-se habilitado a preservar a ordem, e um divórcio completo com a opinião pública só prejudica esse objetivo. Daí não decorre que a redução da maioridade seja a melhor medida para alcançar os efeitos desejados.

Existem 9.013 internos da Fundação Casa, órgão do Estado de São Paulo responsável por adolescentes infratores. Somente 134 deles, ou menos de 1,5%, cometeram crimes envolvendo mortes.

Se, por hipótese, uma lei mais dura para jovens e de eficácia máxima tivesse sido adotada anos atrás, o impacto na criminalidade paulista teria sido pouco perceptível. Nos últimos dois anos, homicídios e latrocínios (roubo se-

guido de morte) no Estado somaram quase 10 mil casos. Os adolescentes internados respondem por menos de 1,5% deles.

Ao final de 2012, as penitenciárias paulistas tinham 23.786 presos por homicídio ou latrocínio. Considerando a população adulta do Estado, esses crimes levaram ao cárcere 75 pessoas a cada grupo de 100 mil. A internação de jovens homicidas entre 15 e 17 anos é menos frequente: 7 a cada 100 mil.

Há que levar em conta, ainda, que um adolescente, em fase de formação, seria presa fácil para os bandidos adultos numa cadeia comum. Misturá-los, em ambiente perverso, seria contraproducente.

Por outro lado, como é preciso fazer algo para afastar indivíduos perigosos do convívio social e combater a impunidade, não há sentido em limitar a três anos o período máximo de internação dos jovens mais violentos.

A melhor saída é ampliar esse prazo — apenas para os crimes dolosos contra a vida, dentro de critérios estritos e mantendo os jovens separados dos adultos, mesmo após os 18 anos. A proposta, defendida por esta **Folha** há anos, foi encaminhada pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), ao Congresso Nacional.

É crucial que tal matéria seja analisada com serenidade. A turbulência emocional será daninha se levar os parlamentares ao populismo fácil, mas bem-vinda como catalisador de um necessário amadurecimento legal.

PAINEL DO LEITOR

Maioridade penal

Parabéns ao Datafolha pela coragem em fazer a pesquisa sobre a maioridade penal (“Primeira Página” e “Cotidiano”, ontem). Aos ilustrados de plantão que falam em fuzilamento, a pesquisa dá um recado: bem-vindos à vida real. Que tal ouvir mais o povo em vez de decidir o que é certo para o povo?

JAIR DA SILVA SANTOS (São Paulo, SP)

Não entendo e não sei qual o interesse de uma pesquisa como esta do Datafolha empreendida num contexto de comoção popular diante de um triste episódio recente de violência, além de interirsa campanha na mídia para a redução da maioridade penal no país. O que esperava encontrar o Datafolha a não ser o imediatismo ao qual se referiu?

Essa pesquisa não contribui para o debate e serve para legitimar ações imediatistas e discursos políticos populistas em busca do voto fácil.

MÁRCIO PEREIRA SANTOS (São Paulo, SP)

Aqueles que defendem a redução da imputabilidade penal para 16, 15 ou 13 anos, sem qualquer critério científico, partem de uma visão equivocada e da ilusão de que somente endurecendo a legislação penal, diminuindo garantias e cerceando direitos se estará combatendo o crime e, consequentemente, reduzindo a criminalidade.

Observa-se que, quase sempre quando se fala em violência em relação ao menor, o mesmo é tomado como infrator, marginal, delinquente e, logo, como aquele que deve ser punido. Esquece-se, entretanto, que, mais do que infratores, esses menores são as principais vítimas da violência.

LEONARDO ISAAC YAROCHEWSKY, advogado criminalista (Belo Horizonte, MG)

18 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Sobre a distorção da verdade

CAMPOS MACHADO

A não aprovação da PEC 1/2013 será um estímulo ao arbítrio e à perseguição que alguns membros da Promotoria vêm fazendo

Há muito aprendi que nunca se pode pautar a conduta alheia pela própria. E, dos meus avós, nunca esqueci a lição caseira que diz que uma mentira, se bem repetida, ou vira verdade ou dela se aproxima.

Pensando nisso, e numa linguagem simples, desprovida de citações filosóficas próprias de quem busca a sombra da distorção, resolvi abordar um tema que causa arrepios a alguns membros de uma instituição séria e respeitada como o Ministério Público de São Paulo. Estes, julgando-se dotados de superpoderes, adentraram, perigosamente, o terreno do arbítrio, das contendas políticas e do desprezo à honra.

O artigo “Mandonismo à paulista”, publicado nesta **Folha**, em 27/3, além de exibir sintomas de arrogância, deu-me a certeza de que a Proposta de Emenda Constitucional 1/2013, por mim encabeçada, pela qual caberia exclusivamente ao Procurador-Geral de Justiça a competência para propor as ações necessárias contra agentes políticos neles elencados, é acertada.

Ao contrário do que dizem os autores do artigo, não se pretende proibir as investigações feitas pelo Ministério Público. Mas, na linha de distorção, alegam que o MP vai ser impedido de investigar crimes. Nada mais inverídico e, desculpe-me pelo excesso, nada mais ridículo.

O que se pretende, unicamente, é não mais permitir que alguns promotores públicos, sedentos de holofotes e sem alicerces, continuem enxovalhando honras alheias com picuinhas, perseguições baratas e oportunistas, quase todas levadas pelo sentimento de superioridade de que se acham detentores.

Em quase todas as cidades do Estado (pergunte aos intimidados prefeitos se é verdade), já ocorreram excessos de autoritarismo, de abusos e de perseguições, todas elas de cunho pessoal e político. Parcelas do MP querem administrar as cidades sem terem sido eleitas para tal.

Diga-se ainda que, ao “investigar” fatos que consideram relevantes, primeiro comunicam a imprensa para depois apurar a veracidade dos mesmos. E a honra das pessoas, como fica, após exposta, sem comprovação, à opinião pública?

A nossa proposta é que o procurador-geral —com experiência de anos e sem se sujeitar à influência de opiniões, vaidade ou posição política—, sugira as investigações que achar necessárias. É ofensivo à figura do chefe-geral do MP insinuar que crimes e irregularidades não serão investigados pela instituição, pois o procurador-geral poderá nomear e indicar quantos promotores julgar necessários para apuração de crimes e outras irregularidades.

Os adversários da proposta, entre eles os autores do supracitado artigo, ainda se atrevem a dizer o que pode e o que não pode ser apreciado e votado pela Assembleia Legislativa de São Paulo. Não cheira isso a presunção e a arrogância?

Para ilustrar o drama de prefeitos sob a fúria incontrolável de alguns promotores públicos, um deles, de uma cidade do Vale do Ribeira, impossibilitado pela enxurrada de solicitações sem sentido por parte de um douto e inexperiente promotor público, foi ao seu gabinete e lhe disse: “Doutor, eis as chaves da prefeitura. Pode assumir o meu lugar, pois não aguento mais”.

A não aprovação da PEC 1/2013 será um estímulo ao arbítrio, à vaidade, à prepotência e à perseguição que alguns membros da Promotoria do Estado vêm fazendo, desde a aprovação da Constituição de 1988. Aos meus colegas da Assembleia, um apelo: a coragem e a dignidade são irmãs gêmeas.

ANTONIO CARLOS DE CAMPOS MACHADO, deputado estadual pelo PTB-SP, é presidente estadual e secretário-geral nacional do mesmo partido.

18 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Tribunal de Justiça chama suspeitas do CNJ de 'levianas'

DE SALVADOR - Investigado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), o Tribunal de Justiça da Bahia chamou ontem de "levianas" as suspeitas de irregularidades apontadas pelo órgão.

O presidente do TJ, Mário Alberto Hirs afirmou que as suspeitas de nepotismo cruzado entre desembargadores são "pontuais" e negou pagamento indevido de precatórios.

Após inspeção na semana passada, o CNJ —que fiscaliza a qualidade do Judiciário no país— abriu sindicâncias para apurar indícios de práticas irregulares na Justiça baiana.

O CNJ informou que as suspeitas sobre os precatórios se referem a pagamentos na fila que caracterizam "prejuízo em potencial". O órgão não comentou as demais declarações.

18 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

STF amplia prazo de defesa de condenados no mensalão

Decisão contraria presidente da corte,
que foi pressionado a levar o tema a votação

Com isso, advogados dos réus devem ter até o início de maio para apresentar os recursos contra a sentença

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu ontem, por 8 a 1, ampliar o prazo para que as defesas dos réus do mensalão apresentem recursos contra as condenações. A corte optou por dobrar o prazo de 5 para 10 dias após a publicação do acórdão (resultado oficial do julgamento).

O presidente do tribunal, Joaquim Barbosa, resistiu a levar o tema ao plenário, mas cedeu após insistência dos advogados e dos próprios ministros, que temiam possíveis críticas de cerceamento do direito de defesa.

Alguns dos réus pediam o acesso antecipado ao acórdão e de 20 a 30 dias para apresentar os recursos. Eles dizem ser "humanamente impossível" ler milhares de páginas em poucos dias.

O regimento do STF prevê que os recursos, chamados embargos de declaração, devem ser apresentados em um prazo de cinco dias após a publicação da decisão.

Barbosa voltou a dizer que os pedidos eram absurdos e novamente acusou os advogados de tentarem uma "manipulação" do prazo legal.

"Quem pretende adiar injustificadamente essa publicação [do acórdão] é justamente a defesa, tudo, claro, na tentativa de eternizar esse processo", afirmou.

O ministro Teori Zavascki, então, discordou ao lembrar que a legislação permite, nos casos com muitas partes envolvidas, dobrar o prazo de recursos, exatamente para possibilitar a ampla defesa. "Parece razoável que se adote a regra que prevê prazo em dobro nessas situações."

Zavascki foi seguido pelos colegas Rosa Weber, Celso de Mello, Gilmar Mendes, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, José Antonio Dias Toffoli e Marco Aurélio Mello, que defendeu também a liberação dos votos aos advogados antes da publicação do acórdão.

Para Lewandowski, é razoável que se estenda o prazo por causa da característica diferenciada do processo.

"O tribunal, no curso dessa ação penal, estará uma vez mais contemplando e respeitando as garantias fundamentais que se mostram inerentes a qualquer persecução penal do Estado", afirmou Celso de Mello.

Barbosa, apesar de dizer considerar "razoável" a decisão, manteve o voto contrário e aproveitou para criticar o "sistema arcaico de publicação de acórdão".

"O meu voto como relator foi disponibilizado faz mais de dois meses. Estamos caminhando para o fim do semestre e não sei se vamos publicar amanhã ou depois, pois tem que unificar todos os votos. Temos um problema de informática, pois nosso sistema é precário", disse.

O presidente do Supremo disse ontem que falta ainda a assinatura de três ministros para que a decisão possa ser publicada.

Se a publicação ocorrer amanhã, o prazo de 10 dias corridos começa a ser contado a partir de segunda-feira. Como 1º de maio é feriado, os advogados terão até o dia 2 para apresentar os recursos.

CONTINUA

18 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



“ Quem pretende adiar injustificadamente essa publicação [do acórdão do julgamento do mensalão] é justamente a defesa [dos réus condenados pelo Supremo], tudo, claro, na tentativa de eternizar esse processo

JOAQUIM BARBOSA
presidente do STF e relator da
ação penal do mensalão

Alan Marques/Folha

“ Parece razoável que se adote a regra que prevê prazo em dobro nessas situações

TEORI ZAVASCKI
ministro do STF

“ O tribunal estará respeitando as garantias que se mostram inerentes a qualquer persecução penal do Estado

CELSO DE MELLO
ministro do Supremo



CONTINUA

18 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

PRÓXIMOS PASSOS DO JULGAMENTO

Publicação do acórdão

O acórdão, que resumirá as conclusões do julgamento, é o ato do Judiciário que informa oficialmente à sociedade qual foi a decisão do Supremo

Julgamento dos recursos

Os advogados poderão entrar com dois tipos de apelação depois que o acórdão for publicado pelo STF

> Se o réu obteve ao menos 4 votos pela absolvição, seu advogado pode propor **embargos infringentes**

> Nos demais casos, o STF aceita os chamados **embargos de declaração**, usados para esclarecer questões técnicas

Execução das penas

A prisão dos réus se dará após esgotados todos os recursos, quando acontece aquilo que se chama de “trânsito em julgado”. O Supremo, então, expedirá a Carta de Sentença. A partir dessa etapa começará a execução da pena

Perda dos mandatos

O STF definiu que políticos condenados devem deixar seus mandatos automaticamente, mas alguns membros da Câmara acham que a decisão final cabe ao plenário da Casa

Pagamento das multas

As multas devem ser pagas em até dez dias após o trânsito em julgado da sentença

18 ABR 2013
FOLHA DE S. PAULO
Vozes da divergência

JANIO DE FREITAS

**Revela-se, no Supremo,
a preocupação sobre a
apropriação excessiva do
poder por um ministro**

A APARENTE serenidade no Supremo Tribunal Federal diluiu-se e, em seu lugar, apareceram as divergências e os sinais da tensão que antecede a nova etapa da ação 470, ou julgamento do mensalão.

O surgimento simultâneo ontem em diferentes publicações, de revelações de três ministros Supremo sobre sua discordância com o ministro Joaquim Barbosa estava longe de ser apenas coincidência. Indicava, isso sim, a percepção conjunta da necessidade dessas atitudes públicas. A concessão, por oito a um, do dobro do prazo para apresentação dos últimos recursos pelas defesas explica parte das divergências expostas. Mas ainda há o complemento, com o tratamento a ser dado aos recursos finais.

Na afirmação, feita pelos três ministros, de que a Joaquim Barbosa não cabe decidir sozinho um agravo interposto contra ele próprio, revelava-se a preocupação que instalada no STF: a apropriação excessiva do poder por um ministro, a ponto de até decidir em causa própria um agravo contra ele, além de relegar atribuições do plenário, implicaria, provavelmente, em restrição ao pleno direito de defesa. Ninguém esperava que Joaquim Barbosa concedesse o prazo pedido pelas defesas, como não concedeu ontem, com seu voto negativo.

Os ministros Marco Aurélio Mello, Ricardo Lewandowski e um terceiro, que pediu a omissão do nome, não foram os únicos a externar tal preocupação. O ministro Celso de Mello os precedera, com opinião similar. Mas é certo que a divergência já incluía ao menos outras duas vozes do tribunal.

As divergências e a tensão agora constatáveis explicam, por exemplo, a ansiedade do ministro Gilmar Mendes pela conclusão rápida da ação 470, com o argumento sem sentido de que “o Brasil não pode continuar refém desse julgamento”. E ainda, como a **Folha** noticiou ontem, com sua declaração de que “é no mínimo naífico [ingênuo]” crer que os recursos das defesas possam mudar decisões do Supremo.

Se não há tal possibilidade, de que serviria o direito constitucional aos recursos? Pelo visto, só para mostrar que o juiz Gilmar Mendes já prejudicou as novas defesas. Caso o ilustre ministro admita esclarecer a plebe a respeito, não precisa fazer cerimônia no uso do seu patético pedantismo vocabular. A plebe também sabe ir ao dicionário.

18 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Família de diretor de presídio assassinado pode ser indenizada

DO RIO - O Estado do Rio foi condenado a indenizar em R\$ 540 mil, por danos morais, a viúva e os dois filhos de Abel Silvério de Aguiar, assassinado com 17 tiros em agosto de 2003, quando exercia a função de diretor do presídio Bangu 3, na zona oeste do Rio.

Na decisão em primeira instância o pedido de indenização havia sido considerado improcedente. A família recorreu e ontem o Tribunal de Justiça do Rio reconheceu responsabilidade civil do Estado na morte de Aguiar. Ainda cabe recurso.

Relator do caso, o desembargador Luciano Saboia Rinaldi de Carvalho afirmou em seu voto que o governo tinha conhecimento das ameaças sofridas pelo funcionário. Ele lembrou ainda que a morte de Aguiar "ocorreu duas semanas após o assassinato de outro diretor do mesmo complexo penitenciário".

18 ABR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Oposição volta a pedir informações sobre "Tudo Aqui"

Os deputados estaduais que compõem a bancada de oposição ao governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), recorreram novamente à Justiça, na terça-feira (16), para tentar obter informações sobre o projeto "Tudo Aqui". A proposta do governo estadual é colocar em um único endereço mais de 100 serviços públicos. Para concretizar a ideia, foi aberta uma licitação de quase R\$ 3 bi-



Deputados petistas elaboraram um novo pedido de informações

lhões que é criticada pelos oposicionistas.

"Tudo Aqui" seria um espaço para o cidadão conseguir fazer documentos e ter acesso a órgãos

do governo e de prefeituras com mais rapidez. O modelo é parecido com o das Ruas da Cidadania, existentes em Curitiba, contudo, administrado

por empresas particulares.

De acordo com o governo estadual, é mais barato transferir a gestão para a iniciativa privada. Além da capital do estado, o projeto pode ser implantado em Ponta Grossa, Maringá, Londrina, Cascavel, Guarapuava e Foz do Iguaçu. A licitação para definir qual empresa seria responsável pela gestão, por 25 anos, estava prevista para este mês, porém, foi suspensa.

Acusado de matar modelo é condenado a 22 anos

Jean Carlos de Oliveira Pinto, acusado pelo Ministério Público de ter matado a modelo Agda Rocha, em setembro de 2011, foi condenado pelo Tribunal do Júri de Ponta a 22 anos de prisão em regime fechado. De acordo com a sentença lida pela juíza Heloisa da Silva Milak, a pena é pelos crimes de homicídio qualificado e estupro.

O julgamento de Jean Carlos durou 12 horas e mobilizou a cidade. Du-

rante a manhã, foram ouvidas as testemunhas de defesa e acusação. À tarde, os advogados tiveram espaço para apresentar as teses a favor e contra o acusado. Em seguida, os jurados se reuniram e decidiram pela condenação nos dois crimes.

Na saída, os advogados de Jean Carlos disseram que esperavam pela condenação, mas não pelos dois crimes. Eles ainda consideraram que a pena foi alta demais e devem recorrer.

18 ABR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Renan Calheiros suspende criação dos TRFs

Presidente do Senado não promulgou a PEC aprovada no Congresso

O presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), suspendeu a promulgação da PEC que cria quatro tribunais regionais federais (TRFs): da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª regiões. Ele destacou que a proposta está sob avaliação de técnicos do Poder Legislativo, uma vez que foi alegada a existência de "erro material" na matéria.

Calheiros não detalhou quais seriam esses erros e disse que cabe-

rá à Mesa Diretora do Congresso decidir sobre a questão. Além disso, o

presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbo-

sa, encaminhou ofícios ao presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e ao próprio Renan Calheiros, mostrando-se preocupado com o aumento do número de TRFs. O Brasil tem atualmente cinco TRFs. Uma alternativa para a questão, segundo Barbosa, que também preside o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), seria a instalação de câmaras regionais ligadas aos TRFs em funcionamento.



Renan decidiu atender os pedidos de Barbosa para vetar os novos tribunais

18 ABR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Jurado passa mal e júri do Carandiru é suspenso

O julgamento dos 26 policiais militares acusados de participar do Massacre do Carandiru, que entraria no seu terceiro dia, foi suspenso na tarde de ontem, após um jurado passar mal e precisar de atendimento médico. A expectativa é que o júri seja retomado hoje. Em dez dias, foi a segunda suspensão.

O juiz não soube especificar o problema de saúde do réu. "Não é nada grave, tanto que o jurado queria continuar os trabalhos. A prioridade é a saúde do jurado e seguimos a recomendação médica que solicitou repouso", disse o juiz José Augusto Nardy Marzagão. Caso ele continue impossibilitado de continuar no julgamento, o júri pode ser cancelado. Nesse caso, haverá a necessidade de se compor um novo conselho de sentença, escolhendo novos jurados que recomendariam os trabalhos da estaca zero. Segundo o juiz, a expectativa é que a sentença seja dada até amanhã.

Desmembrados

O crime aconteceu em outubro de 1992, quando 111 presos foram mortos no Pavilhão 9 depois do ingresso da Polícia Militar no presídio. Os julgamentos dos 79 PMs acusados do massacre foram desmembrados e a estimativa é que sejam separados por intervalos de quatro meses.

Interdição

A 6.ª Vara da Fazenda Pública determinou a interdição da filial da Rodolatina Logística, em Santa Felicidade, com base em ação civil pública ajuizada pela Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente de Curitiba. O promotor de Justiça Sérgio Luiz Cordoni aponta ausência de alvará de localização e de licença ambiental para as atividades da empresa. Também foi aberta investigação para apurar denúncia que a empresa estaria poluindo o Rio Cascatinha.

Mensalão

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem, por maioria (sete votos), dobrar de cinco para 10 dias o prazo para que os advogados de defesa dos condenados no processo do mensalão apresentem recursos após a publicação do acórdão do julgamento.

18 ABR 2013

METRO

Mensalão. Defesa ganha dez dias para recurso

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu, na noite de ontem, aumentar o prazo concedido para que os 25 condenados no julgamento do mensalão apresentem recursos. Apenas o presidente da Corte, o ministro Joaquim Barbosa, votou contra a extensão do período.

Foram concedidos dez dias, o dobro do que é de praxe, para que os advogados

apresentem questionamentos contra as sentenças. Os advogados que haviam feito o pedido de extensão alegavam que o volume do processo – cerca de 50 mil páginas – exigia um tempo maior para elaboração dos recursos.

Barbosa já havia se manifestado contra o aumento do prazo por considerar a justificativa ‘no mínimo, absurda’.

Assembleia. Servidores do Detran encerram greve

Em uma assembleia realizada no final da tarde de ontem, os servidores do Detran no Paraná decidiram encerrar a greve que já durava 12 dias.

Hoje, os serviços devem começar a ser normalizados, mas ainda pode haver demora em alguns setores.

Segundo o Detran, pelo menos durante o período da manhã, a unidade da Vila Hauer, em Curitiba, deve continuar fechada.

Cerca de 400 servidores dos 1.050 haviam paralisado as atividades para pedir mais funcionários e melhorias na estrutura física do órgão.

O Tribunal de Justiça do Estado considerou que a greve era ilegal e chegou a determinar que eles voltassem ao trabalho sob multa de R\$ 10 mil ao dia. Mesmo assim, continuaram de braços cruzados por mais alguns dias.